

FINANÇAS PESSOAIS: UMA VISÃO DE COMO OS BRASILEIROS TÊM LIDADO COM DINHEIRO NA PANDEMIA DA COVID-19

*PERSONAL FINANCE: A VIEW OF HOW BRAZILIANS HAVE HANDLED MONEY IN THE COVID-19
PANDEMIC*

Murillo Di Carvalho⁸

RESUMO

A forma como os brasileiros lidam com o dinheiro pode gerar preocupação por parte de investidores. É difícil investir em um local onde pessoas, na sua maioria, estão com alguma forma de dívida. O processo para uma melhoria na relação do brasileiro com o dinheiro passa, sem dúvida, por uma busca por aprendizado financeiro. Fazer um planejamento financeiro, com objetivos claros, são formas de proporcionar autonomia e independência as pessoas, no que tange sua relação com esse recurso tão suado para ganhar, e fácil para gastar. Os dados aqui presentes, são de fontes oficiais do governo do país, de textos jornalísticos e históricos que revelam como as pessoas no Brasil tem gastado o seu dinheiro e como esse mau uso afeta a economia como um todo. Crises econômicas não podem ser consideradas o único problema para que a economia do país esteja em passos lentos. Fatores como investimento e poupança afetam como um todo o ciclo econômico, fazendo como que momentos de crise mundial, fiquem mais evidentes, ante a falta de preparo por parte dos nacionais.

Palavras-chave: Educação. Investimento. Planejamento.

ABSTRACT

The way Brazilians deal with money can generate concern on the part of investors. It is difficult to invest in a place where most people are in some form of debt. The process to improve the relationship between Brazilians and money undoubtedly involves a search for financial learning. Making a financial plan, with clear objectives, are ways of providing autonomy and independence to people, regarding their relationship with this resource, which is so hard to earn, and easy to spend. The data presented here are from official sources of the country's government, journalistic and historical texts that reveal how people in Brazil have spent their money and how this misuse affects the economy as a whole. Economic crises cannot be considered the only problem for the country's economy to be in slow steps. Factors such as investment and savings affect the entire economic cycle as a whole, making moments of global crisis more evident, given the lack of preparation on the part of nationals.

Keywords: Education. Investment. Planning.

Introdução

Nos últimos anos o Brasil tem passado por algumas crises financeiras e estas acabam por atingir seriamente as pessoas, principalmente pelo desemprego generalizado e pela falta de organização financeira das pessoas. A consequências

⁸ Licenciado em Filosofia e bacharel em Teologia pelo Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás. Bacharel em Administração pela Faculdade Estácio de Sá de Goiás. Especialista em Docência e Gestão do Ensino Superior pela Universidade Estácio de Sá e MBA em Gestão de Processos de Negócios - BPM e em Mercado Financeiro e de Capitais pelo Instituto de Pós-Graduação - IPOG. Atualmente é professor na de Ensino Médio na rede estadual de educação da Secretaria de Educação do Estado de Goiás e professor na Faculdade de Piracanjuba. (murillo.mdc@hotmail.com)

desses acontecimentos acabam por ser catastróficas para a economia. No respirar da crise economia de 2016, a pandemia de Covid-19 gera outra crise financeira, essa não atinge apenas o Brasil, mas acaba por ser muito afetado por ela, fazendo com que saísse do grupo dos dez maiores Produto Interno Bruto do mundo.

Entretanto, de longe o problema econômico pessoal para os brasileiros é causado simplesmente por crises economias. Infelizmente vive-se num país onde o despreparo para o cuidado do financeiro, afeta muito a economia, e esse despreparo é, se não, um dos maiores “calcanhar de Aquiles” a ser solucionado, para que o país possa ser, de fato, uma economia forte.

Obviamente, situações de Pleno Emprego, por mais confortáveis que sejam, são situações que atenuam problemas financeiros das pessoas, mas não é possível esperar tal momento para que todos possam ter uma vida financeira tranquila. O brasileiro precisa aprender a lidar com dinheiro, por meio do autocontrole e de uma educação financeira que o deixe em estado economicamente viável a qualquer momento da história, diga-se com, ou sem crise financeira, com ou sem renda.

Nesta perspectiva o presente trabalho quer tratar de alguns dos principais pontos a ser observado pelas pessoas ao se planejarem financeiramente. O planejamento orçamentário é algo fundamental para que haja um bom controle financeiro. Desta maneira, não será apenas benéfico para si, mas para todo o país, mitigando cada vez mais a atuação estatal como fonte primária de renda pessoal. Investir e se relacionar bem com o dinheiro são situações a serem solucionadas para haver uma sadia relação financeira.

Mudar a mentalidade quanto ao como, quanto e quando gastar é o que, de fato, pode fazer com que, não só os brasileiros, mas todas as pessoas que queiram, ter uma vida financeira controlada e tenham capacidade para colocar em prática as diversas ferramentas existentes, que podem colaborar com a execução de tal façanha na vida das pessoas.

O problema não é a pandemia

Não é preciso ser um expert em mercado financeiro para saber que o Brasil vive mais uma crise financeira e que, obviamente, os mais afetados são os brasileiros. Em projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo Alvarenga, (2021), o país deverá registrar em 2021 a décima quarta maior taxa de desemprego do mundo.

Isso é um sinal vermelho para o avanço econômico da nação, que, além desse possível recorde de desemprego, vem junto a triste notícia de sua saída da lista dos dez maiores Produto Interno Bruto (PIB) do mundo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em seu sítio, em março de 2021, mostraram que o Brasil saiu da nona posição mundial em 2019, no que se refere ao PIB, para a décima segunda posição em 2020, e o mais incrível é que na mesma projeção divulgada pelo FMI, realizada pela agência de classificação de risco Austin Rating, da conta que em 2021 o Brasil vá para a décima quarta posição dessa lista.

Estar em uma situação em que o país não consegue gerar emprego, é uma clara visão que as pessoas estão perdendo o seu poder de compra. Sem poder de compra, não há consumo, logo não se produz, e não gera emprego. É um efeito em cadeia, que parece assombrar o Brasil nos últimos anos. A pandemia de COVID-19 só vem a acentuar mais aquilo que já estava acentuado.

Talvez, de fato, esse seja o problema: já estava acentuado. Já faz alguns anos que o país não vive uma situação de Pleno Emprego e obviamente, não existe uma boa formação financeira pessoal. Apenas alguns poucos a têm, o que conduz o país a agravar sua situação financeira, afinal de contas, sem poder de consumo, não há maneira de fazer a roda de economia girar.

Pleno Emprego

Uma economia em Pleno Emprego é aquela em que todos os que querem trabalhar ou estão em busca de emprego o encontram com facilidade. De forma mais técnica, a macroeconomia define Pleno Emprego como o nível de emprego em que não há desemprego cíclico ou de demanda insuficiente. Não é possível entender o Pleno Emprego como um momento em que todos estão trabalhando, porque sempre haverá uma demissão, alguém em recolocação e aqueles que por algum motivo não querem trabalhar.

O Brasil já viveu situação de Pleno Emprego, segundo o IBGE (2021) e a PME – Pesquisa Mensal de Emprego, informaram em pesquisa realizada e amplamente divulgada pelos portais de notícias, em dezembro de 2013 e 2014 a taxa de desemprego chegou a 4,3% de desempregados no país e esse resultado tratava-se do menor patamar do desemprego desde 2002, quando a PME passou a ser feita.

Ao analisar os dados de pesquisas do IBGE, em relação a taxa de desemprego no Brasil, em agosto de 2004, a taxa apontava um índice de 13,1% de desempregados no país. Com todas as melhoras possíveis, em dezembro de 2013 essa taxa chegou a incríveis 4,3%, o que colocava a nação em um período de Pleno Emprego.

Nota-se mais uma vez que, o Pleno Emprego não é a taxa zero de desemprego, mas o fato de que todos os que querem trabalhar, tenham a possibilidade de ter um trabalho. Em pesquisa recente do IBGE (2021), o índice de desemprego no Brasil atingiu 13,1% no primeiro trimestre de 2018, ou seja, a mesma marca de agosto de 2004. Esse número voltou a cair, já chegando a 12,1% em novembro de 2018, em outubro de 2019 já estava batendo 11,8%, mais, infelizmente, no primeiro trimestre de 2021 chegou a patamares recorder, alcançando a quantia de 14,2%.

O desemprego é só mais um, entre tantos fatores que levam as pessoas a se endividarem e é justamente sobre finanças pessoais que o presente artigo discorrerá algumas páginas.

A relação do brasileiro com o dinheiro

Ausência de educação financeira

A forma como a maioria dos brasileiros relaciona-se com o dinheiro é o que eleva, a números alarmantes, a quantidade de pessoas, no país, que estão “mergulhadas” em dívidas. Um conceito que todas as empresas fazem, ou ao menos deveria fazer, e que as pessoas físicas também deveriam se atentar a fazer, é um planejamento financeiro.

É comum ouvir que Educação Financeira deveria que ser uma matéria escolar, disponíveis desde os anos iniciais. Crianças, quando os pais têm alguma condição mínima, já começam a se relacionar com dinheiro, ao juntarem moedas em cofrinhos. Esse acúmulo de capital em um local para a guarda, já demonstra uma possibilidade de um possível aprendizado para o relacionamento da criança com o dinheiro: mas fica a pergunta: guardar para que?

Crianças guardam suas “pratinhas” pensando em brinquedos e guloseimas, e adultos, por que guardam? Estão guardando dinheiro? Esse é um questionamento que muitas vezes passa despercebido no relacionamento do adulto com dinheiro. Não

é simplesmente passar a vida economizando e guardando, mas é necessário guardar, acima de tudo, para um fim específico.

Infelizmente, mesmo diante da facilidade de acesso a diversos recursos que podem contribuir com a gestão financeira, isso é algo que ainda não está no cotidiano das pessoas. E esse ponto levantado, pode ser considerado “epidêmico”, visto que é a realidade para a maioria dos brasileiros. Fato comprovado com pesquisas divulgadas que levantam o índice de endividamento do brasileiro. Segundo estudo divulgado pelo jornal Correio Brasiliense, em matéria jornalística divulgada em 20 de janeiro de 2021:

Na média de 2020, 66,5% das famílias brasileiras estavam endividadas, 2,8 pontos percentuais acima do registrado na média de 2019, conforme estudo especial com base na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), calculada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). É o maior nível para uma média anual da série da Peic, iniciada em 2010 (AGENCIA ESTADO, 2021).

Mudar esses dados são atitudes necessárias para que o país possa “decolar” economicamente falando. Organizações como um todo precisam contribuir com esse passo, colaborando com a aprendizagem financeira de seus colaboradores; amigos e familiares deveriam conversar mais sobre estratégias de investimento e de buscarem formas de gastarem de maneira mais assertiva, para evitar o consumismo em excesso e desnecessário, que é, sem dúvida um dos principais motivos que levam pessoas ao endividamento.

Escolas e faculdades deveriam ter nos seus currículos conteúdo voltado para a geração de renda pessoal, buscando ensinar, cada vez mais, como uma boa relação com o dinheiro pode ser positivo para o indivíduo e para a própria sociedade. Até aqui fica claro compreender que educação financeira é algo necessário para que índices de endividamento venham a diminuir no país.

Diminuição da renda familiar

Em contextos de crise econômica, o que é mais comum acontecer são demissões ou acordos para reduções salariais, o que gera, como “efeito dominó” a diminuição da renda familiar.

Devido à falta de planejamento financeiro, muitas pessoas acabam por não ter uma reserva para cobrir seus custos por um determinado período de tempo, e

acabam por estarem sempre com a “corda no pescoço”, ou seja, gastam exatamente o que ganham, ou pior, gastam mais do que ganha. Dado esse fator, no momento em que há a diminuição da renda, os cortes começam a ser feitos, e para suprir as necessidades essenciais algumas contas acabam por não serem pagas, o que vai refletir no índice de inadimplência.

Em momento de corte de gastos, além de uma ou outra conta ficar sem pagar, famílias passam a não ter mais o custo com atividades que podem passar sem ser usufruída, supérfluas. Cursos de línguas, visitas aos *pet shops*, mensalidades de academias, sair para comer fora, são exemplos de atividades que são cortadas das atividades rotineiras em momentos de crise financeira, o que importa, ao mesmo tempo, uma renda que deixa de ser auferida pelos proprietários desses tipos de negócio.

É mais uma forma de perceber como há um efeito cascata, no que tange a diminuição de renda familiar.

Deixar dívidas para depois pode fazer com que os problemas financeiros aumentem com o tempo, fazendo com que o devedor tenha seu nome na lista de inadimplentes. É preciso, portanto, saber com cautela o que deixar de pagar, momentaneamente, tentar negociar, para que possa haver uma dilatação maior de algum prazo a pagar e evitar ao máximo juros. Sabe-se que juros de cartão de crédito são assustadores, então, são umas das primeiras dívidas que dever ser negociadas para, para evitar, esse inconsequente aumento.

No tocante ao planejamento financeiro pessoal/ familiar, é possível até fazer empréstimos, que no somar de todas as dívidas, tenham uma taxa de juros menor, para quitar tudo que possa afetar financeiramente e evitar o efeito “bola de neve”, e ficar com uma única dívida, no caso o empréstimo, e conseguir assim evitar que o nome vá para as listas de devedores.

Segundo a Serasa Experian, em pesquisa divulgada em outubro de 2018:

A redução de renda familiar ocorreu em todos os pontos do país(...). Em Minas Gerais, por exemplo, mesmo descontando a inflação, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimam que, no total, quase R\$ 370 milhões tenham saído do bolso da população entre 2014 e 2018. Junte essa informação acima à consciência de que os preços dos itens básicos de uma família (plano de saúde, educação, transporte) cresceram no mesmo período e você terá a fórmula, os sintomas e as causas da inadimplência.

Esse fator inflação também deve ser considerado quando o assunto é diminuição da renda familiar. Mesmo que não haja uma diminuição real da renda, há uma diminuição nominal no poder de compra. Um exemplo disso, para compreender como a inflação afeta o salário das pessoas é pedir para que façam a seguinte reflexão: pegue o seu salário de janeiro, recebido no início de fevereiro, já com o aumento anual de salário-mínimo. Nesse mês, você faz uma compra, da qual consegue passar o mês sem ter que voltar ao supermercado. Já no mês de dezembro desse ano exemplificado, volte ao mesmo mercado e faça a mesma compra. A chance de não conseguir comprar tudo o que comprara em janeiro é muito grande.

Essa é uma das formas de perceber como questões econômicas fazem com que, de certa forma, aja uma “diminuição” na renda familiar, e também é algo que deve ser considerado ao se planejar financeiramente: o fator inflação.

Falta de controle nos gastos

Um bom planejamento financeiro passa, primordialmente, por um bom controle dos gastos. E não há nada melhor como a boa e velha planilha para fazer isso. E sim, todos os gastos devem ser anotados para que se possa conhecer, no fim do mês, onde foi parar seu suado dinheiro.

Claro que falar em planilha nos dias de hoje pode até parecer antiquado, mas se não se dá com contas básicas de matemática, ou simplesmente tem preguiça em ter que fazer esse tipo de anotações, já existe inúmeros aplicativos para aparelhos smartphone que fazem esse tipo de controle, inclusive integrado com os cartões de crédito e débito.

Dentro do controle de gastos, é importante compreender uma série de fatores que fazem com que as pessoas se descontrolam financeiramente:

- Valorizar pessoas pelo estilo de vida expresso pelos seus bens;
- Comprar o mais caro, mesmo que seja necessário parcelar em mais vezes;
- Desejar produtos que quem está ao seu redor possui;
- Gastar como forma de felicidade e como forma de se sentir melhor;
- Gastar sem ter noção de como está gastando, após consumo de bebida alcoólica;

- Valorizar marcas, que expressam personalidade e estilo;
- Compra porque merece ou porque vai lhe fazer se sentir especial;
- Comprar para passar vontade alheia;
- Parcelar para comprar mais;
- Comprar além do planejado, quando se planeja;
- Não fazer pesquisas de preço;
- Não poupar para realizar sonhos maiores ou cobrir custos emergenciais;
- Não pensar antes de gastar;
- Deixar de pagar contas para comprar deliberadamente;
- Deixar de honrar compromissos;
- Gastar pensando apenas o agora.

Estes são apenas alguns de uma infinidade de fatores que conduzem pessoas a gastar mais que o necessário e perderem, assim, o controle de sua vida financeira. O plano financeiro pessoal/ familiar passa, antes de tudo, por um misto de consciência de que é preciso pensar no futuro, que gastos imprevisíveis podem se tornar realidade e que nem tudo ocorrem como se espera.

Mas alguém pode se levantar e dizer:

- Sou servidor público, ganho bem, não preciso planejar pois tenho certeza que meu salário vai cair no final do mês e não corro risco de ser demitido.

Infelizmente, até para quem tem “certeza” que vai receber no final do mês, planejamento financeiro deve ser uma realidade. Dados do Banco Central do Brasil, divulgados pelo Correio Brasiliense, por Roscoe em maio de 2019, mostra como anda a vida financeira do servidores público brasileiro:

Servidores públicos tomaram R\$ 42,1 bilhões de crédito pessoal consignado só nos primeiros quatro meses do ano, segundo dados do Banco Central (BC). O valor concedido de janeiro a abril é 39,7% mais alto do que o do mesmo período de 2018. No mês passado, o aumento foi de 11,1% na mesma base de comparação. O saldo de crédito consignado para servidores públicos em abril somava R\$ 198,5 bilhões.

Sem dúvida garantia de que o salário cai na conta é um fator que facilita o acesso ao crédito. Mas é justamente por acreditar nessa “certeza” que muitos servidores passam a pertencer a lista de pessoas endividadas no país. Então, não

acredite que ganhar mais pode fazer com que todos os seus problemas financeiros sejam resolvidos.

Planejamento financeiro

Um planejamento financeiro pessoal é uma ferramenta que busca contribuir com a vida financeira de pessoas, ajudando a direcionar os seus ganhos e gastos, para que possa haver uma “sobra” mensal, e com está, a pessoa pode alcançar alguns objetivos pessoais de longo prazo.

Qualquer pessoa que enfrenta desafios financeiros ou pretende alcançar metas financeiras no curto, médio e longo prazos, precisa fazer planejamento financeiro. Engana-se quem acha que o planejamento financeiro é simplesmente economizar dinheiro para a aposentadoria (PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL, 2019, p. 262).

Direcionar recursos financeiros a longo prazo é pensar formas de obter bens e serviços futuros, ou realizar sonhos, até então não realizáveis, caso não se faça um plano. Pode-se colocar aqui a aquisição de bens de alto valor agregado, longas viagens ou até mesmo uma aposentadoria privada, como forma de complementar a renda de uma aposentadoria pública.

Aqui vai depender, obviamente, do que se quer alcançar, em quanto tempo e o quanto está disposto a abrir mão mensalmente, para poder direcionar recursos para essa finalidade.

Entra, também, uma ferramenta cada vez mais utilizada pelos brasileiros e já muito utilizada por pessoas de diversos países: o investimento. Mas antes de investir, propriamente dito, é preciso ter o que investir, e para isso é preciso ter uma boa educação financeira.

Orçamento

De acordo com Ferreira (1999, p. 548), orçamento é:

Ato ou efeito de orçar; cálculo. Discriminação da origem e aplicação de recursos para certo fim. Discriminação da receita e da despesa da administração pública para o exercício seguinte. Cálculo dos gastos para realização de uma obra

Em outras palavras, pode-se dizer que o orçamento é um instrumento com o qual a pessoa se propõe a seguir predeterminados gastos, objetivando a realização de sonhos e projetos futuros; assim é preciso saber onde se quer chegar, ou seja, se

faz um orçamento, tendo algum objetivo em mente, uma visão futura, algo que queira alcançar, incluído todas as receitas e despesas.

Para que não seja uma simples lista onde se sai anotando o que se quer e o que se tem a pagar, é preciso, prioritariamente, saber quanto se ganha, ou seja, qual sua renda pessoa. Saber de onde vem e para onde vai o seu dinheiro. O Banco Central do Brasil (2013, p. 20), no Caderno de Gestão Financeira, Gestão de Fianças Pessoais, divulgada em seu sítio, sobre gestão financeira, explica em algumas palavras esse movimento do dinheiro:

De onde vem o dinheiro não costuma ser um mistério. Em geral, as pessoas naturalmente têm uma boa noção de onde vêm as suas receitas, pois esperam recebê-las pelo trabalho realizado, por algum investimento efetuado ou por benefícios recebidos. Quando o dinheiro vem como resultado do trabalho, as formas mais conhecidas são: salário, comissão de vendas, diárias, honorários, pró-labore, faturamento de prestação de serviços, vencimentos, subsídios. O dinheiro também pode ser resultado do rendimento de aplicações financeiras ou em bolsa de valores, planos de previdência social ou privada, prêmios de seguros, ou mesmo de aplicações não financeiras como aluguel de imóveis, herança, royalties, prêmios de loteria. Pode ainda ter como origem benefícios previdenciários ou assistenciais de programas sociais do governo. Por outro lado, pesquisas indicam que grande parte da população não sabe como gasta o seu dinheiro ou o quanto é gasto em cada grupo de despesas, como alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, dívidas e juros, viagens e realização de sonhos ou outros gastos e investimentos.

É justamente esse um dos principais pontos que devem ser o direcionador de um orçamento financeiro: saber para onde vai seu dinheiro. Já foi citadas algumas formas de fazer esse controle, mas tentar-se-á aprofundar um pouco mais sobre este assunto.

Elaborar um plano financeiro

Um plano financeiro, é nada mais que um planejamento, de curto, médio ou longo prazo onde uma pessoa física ou jurídica se propõe a basear seus próximos passos financeiros, buscando a concretização de algo; é a preparação de uma atividade, seus métodos e processos; determinação de um possível prazo para realização.

Partindo desse ponto, a primeira atividade básica no que tange a elaboração de um planejamento financeiro, é preciso elencar: quais são suas receitas, ou seja, quanto seu ganho. Aqui esse ganho pode ser diário, semanal, mensal ou até anual, vai depender do seu ramo de trabalho.

Registrada suas receitas, ou seja, quanto ganha, é preciso tomar nota de todas as suas despesas, e são todas, sem faltar nenhuma. Nesse registro de despesas, não é simplesmente anotar o que vai gastar ou o que gastou no mês, aqui é necessário já ter noção dos seus gastos futuros, como dívidas parceladas, impostos a pagar em determinada data, seguros e por aí vai, em outras palavras, é preciso anotar suas receitas fixas, receitas variáveis, despesas fixas, despesas variáveis, os compromissos já assumidos e compromissos sazonais.

Pode-se usar diversas formas de fazer esse controle, tanto escrito a mão, como digital, em planilhas eletrônicas, ou aplicativos de celular, que tem essa função. O importante é ter esse conhecimento e aí poder planejar, olhar para essa planilha e saber como estará sua vida financeira para os próximos, 6 meses, 12 meses ou até mais, tudo isso vai depender de seus objetivos.

Um outro fator importante é anotar qual vai ser o valor que será poupado. Não haveria motivos de fazer um planejamento caso não tenha um objetivo ser alcançado. Por isso é importante levar em consideração, também, quanto será poupado, seja como poupança para uma despesa futura, seja como uma poupança para gastos emergenciais. Isso é importante para que haja sempre uma diminuída possibilidade de acontecimentos vindouros impedirem a concretização de seus objetivos.

Ao elaborado seus planos, e sabendo que deve considerar um valor a ser guardado por mês, fica sempre aquela dúvida: quanto guardar?

É uma pergunta muito peculiar e particular, haja vista que sua resposta vai depender, obviamente, do que se deseja alcançar.

O clássico da literatura Financeira de George Clason (2019), vai dizer: “O ouro vem de bom grado e numa quantidade crescente para todo homem que separa não menos de um décimo de seus ganhos, a fim de criar um fundo para o seu futuro e o de sua própria família”. Trata-se de uma leitura para os que buscam “riqueza”, mas o princípio básico do “ter dinheiro”, passa-se pelo guardar dinheiro, ou seja, poupar.

A visualização de um orçamento, tem como mote principal, ser uma peça onde o que planeja possa olhar e ver para onde suas receitas estão indo, e tentar “estancar essa sangria”, para que, em determinado momento, de agente devedor – deficitário – torne-se um agente livre de dívidas e com sobras – superavitário. Lembrando mais uma vez que, aquilo que será poupado é um compromisso que se faz consigo mesmo, por isso, esse planejamento deve ser compartilhado com toda a família, para que

todos possam visualizar como estão as entradas e saídas da casa e poderem, de certa forma, contribuir com o existo desta contenda.

Investir

Depois da realização de um bom planejamento financeiro, e de ter definido qual quantia será “guardada” mensalmente é preciso tomar algumas decisões sobre o que fazer com essa quantia. Ela pode simplesmente ficar quietinha em uma caderneta de poupança e render um pouquinho mês a mês, ela pode ficar em uma renda fixa que vai render alguma coisa a mais que a poupança, e é muito usada, principalmente por pessoas que querem um pouco mais de garantia e não quer correr risco de “perder” dinheiro. Nos dias de hoje, principalmente com a digitalização de instituições financeiras muitas são as formas de fazer esse dinheiro “render” de maneira segura, cita-se como exemplo Nubank, PicPay e afins.

Entretanto não existe apenas a renda fixa, é possível correr um pouco mais de risco, buscando um pouco mais de rentabilidade, por meio de uma renda variável. Conforme o livro Planejamento Financeiro Pessoal (2019, p. 59), produtos de investimentos devem ser analisados considerando um tripé dos investimentos, considerando riscos potenciais, liquidez e rentabilidade. Esses três pontos devem ser definidos ao buscar o investimento mais adequado para o seu objetivo, por isso, frisa-se mais uma vez, a importância de saber qual o seu objetivo ao fazer seu planejamento financeiro e porque você quer ter mais rentabilidade.

O risco é algo inerente ao investimento. Se a pessoa teme riscos, investimento não é um lugar para ela, pois riscos devem ser conhecidos, avaliados e aceitos para poder optar pela melhor forma de corrê-lo. O risco nunca é 100% conhecido, mas busca-se sua atenuação ao conhecer o mercado de investimentos, ao buscar aprendizado e estar sempre atento a tudo que está acontecendo e pode afetar seus investimentos.

A liquidez é a capacidade de transformar seu investimento em dinheiro. Quando mais fácil transformar esse ativo em dinheiro, mais líquido ele é. Quando se conversa com pessoas mais velhas, que tem “o pé atrás” com investimentos financeiros, mas que têm algum capital para investir, existe uma preferência por investimentos, mais tradicionais. Mas esses investimentos podem não ser muito líquido. Imagine por exemplo investir em construção e vendas de casas. Não deixa de ser um investimento,

mas é um investimento de baixa liquidez, afinal de contas, não é toda hora que se encontra um comprador para uma casa.

Mas o que mais chama atenção dentro desse tripé de investimentos, é o fator rentabilidade. É muita comum, dentro desse quesito, ver pessoas investindo em ativos porque conhece alguém que investiu e em um ano viu seus resultados multiplicarem. É o famoso efeito manada, que infelizmente, ainda chama atenção de muita gente, mas que não deve ser a melhor forma de escolher ativos. É muito comum, também, pensar que a rentabilidade passada, será a rentabilidade futura. E isso não é, necessariamente verdade, pois pode ser muito maior ou pode ser terrivelmente ruim, A estatística usa sim de valores passados para projetar o futuro, mas é uma projeção e não uma certeza.

Fato é que: investir, principalmente em ativos financeiro, como bolsa de valores, fundo de ações e etc., deve ter como base o fator tempo. Em geral, grandes retornos financeiros nesse mercado, advém do longo prazo, por isso investir em ativos de renda variável exige paciência e sabedoria. Não é possível retornos imediatos vultuosos a curto prazo. E, infelizmente, muita gente cai na onda de charlatões que vendem esse tipo de vantagem, aja vista a quantidade de pessoas que cai em pirâmides financeiras, por exemplo.

No mercado de investimentos em ativos de renda variável é preciso ter consciência que se tem alguma coisa indo muito bem rapidamente, um sinal de alerta deve ser acionado. Por isso é preciso conhecer bem qual seu objetivo com investimentos, qual tempo que poderá dispor de capital para deixar investido, quais são suas necessidades e saber que não vai ter necessidade desse recurso a curto prazo, pois isso pode afetar todo um sistema de investimentos.

O horizonte de tempo é o fator decisório para a escolha do investimento mais adequado. Se o investidor tem objetivos de longo prazo, pode optar por investimentos cujo prazo de maturação seja maior ou exija um período de carência para resgate. Pode também suportar maior volatilidade, aceitando as flutuações de curto prazo com naturalidade, confiante de que a rentabilidade será alcançada no longo prazo. O horizonte de tempo de longo prazo dissipa os efeitos da volatilidade (PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL, 2019, p. 69).

O importante, acima de tudo, é tentar fazer seu dinheiro “trabalhar por você”, seja como renda fixa ou variável, saber quais são os seus objetivos é fundamental para uma boa alocação de recursos, e uma boa capacidade de resiliência financeira.

Relação do brasileiro com o dinheiro

Pessoas do mundo se relacionam com dinheiro de forma diferente. E no Brasil, essa relação entre os nacionais, não é diferente: existem diversas formas de se relacionar. A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), tem uma pesquisa realizada e divulgada em seu sítio e em outros que trazem algumas maneiras desse relacionar com o dinheiro, por parte dos brasileiros.

(...) A relação com o dinheiro “vai muito além da classe social e dos recursos disponíveis”. Segundo a Superintendente de Educação e Informações Técnicas da Anbima, “as características de idade, sexo, escolaridade e até de renda de todos os perfis são bastante equilibradas”. (...) são 5 perfis traçados pela Anbima acerca da relação com o dinheiro, com base no estudo dividido em 2 etapas. A primeira foi a fase qualitativa, organizada pela consultoria Na Rua, que ouviu 400 pessoas em 4 capitais. Depois, a fase quantitativa foi conduzida pelo Datafolha, com 2.653 entrevistados em 130 cidades” (FUNDAÇÃO ELETROS, Brasileiro e a relação com o dinheiro, 2021).

O primeiro grupo, que representa cerca de 29% dos entrevistados, receberam o nome de camaleão. O nome já diz muito, afinal de conta, assim como um camaleão tem uma grande capacidade de adaptabilidade, o brasileiro, em geral, também tem. Nesse grupo, segundo a pesquisa, estão pessoas que vão adaptando os seus ganhos a sua realidade, sem fazer alguma reserva, e usando tudo para pagar contas. É perceptível que pessoas dentro desse grupo de desdobram para conseguir pagar todas as suas contas e tem que fazer escolhas daquilo que irão ou não pagar. É um grupo ativo no uso de linhas de crédito.

O segundo grupo é o dos construtores. Neste grupo está alocado 30% dos entrevistados. São pessoas que têm o controle da sua situação financeira, cuidam do seu dinheiro de forma concisa e pensam bem antes de fazer algum gasto. Não são grandes poupadores, mas sempre tem alguma reserva. É um número um tanto quanto surpreendente, visto que no senso comum, há um imaginário que a maioria dos brasileiros vivem na situação dos camaleões.

O terceiro grupo é o grupo dos des preocupados. São pessoas que gastam e não têm preocupação com o gastar. Representam 11% dos entrevistados. No geral é um grupo de pessoas que não veem necessidade de poupar, apesar de terem alguma reserva para situações de emergência.

Os planejadores formam o quarto grupo da pesquisa. Aqui já se tem 22% dos entrevistados. São pessoas que buscam evoluir seu patrimônio, criando uma boa relação com o dinheiro. São pessoas que sempre têm reservas financeiras, para diversos fins, fazem investimentos com objetivos claros, e otimizam o uso da moeda. É um grupo formado, em sua maioria, por pessoas da conhecida geração Z – para a sociologia, são pessoas nascidas entre 1995 e 2010.

E por fim, tem-se o grupo dos sonhadores, que representam apenas 6% dos entrevistados. Estão sempre atentos a possibilidades de empreender e sabem bem como poupar no dia a dia. Tem uma visão clara do futuro e estão prontos para vislumbrar possibilidades de investimentos.

Ao comparar esses cinco grupos, com uma outra realidade brasileira, é possível perceber que a realidade do brasileiro com o dinheiro é realmente diferente uns dos outros. Segundo a Serasa Experian (2018), as sete principais causas de inadimplência no Brasil hoje, são:

- O aumento do desemprego;
- Diminuição da renda familiar;
- Comprar para terceiros;
- Ausência de educação financeira;
- Falta de controle nos gastos;
- Atrasos salariais;
- Enfermidades.

Ao comparar os grupos formados pela Anbima, com as causas de endividamento por parte as Serasa, pode-se chegar à conclusão que é preciso, urgente, favorecer um ambiente que proporcionem educação financeira aos brasileiros. É discrepante saber que pessoas gastam de forma ousada, sem nenhuma atenção quanto ao amanhã, enquanto outras se endividam devido a alguma enfermidade, ou seja, tentando sobreviver.

Educação financeira escolar

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em seu documento: *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*, de 2005, deixa claro que a “Educação financeira deveria começar o mais cedo possível e ser ensinada nas escolas” (livre tradução), sendo

assim, perceptível, o clamor de organizações internacionais para que esse assunto seja passado como conteúdo escolar para os alunos, mostrando o quão importante é a sua inserção do em salas de aulas.

Apesar desse clamor, vindo de uma organização internacional, da qual o Brasil almeja fazer parte, a instituição desse conteúdo em salas de aulas brasileiras, está longe de ser uma realidade. De acordo com os dados do Pisa - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, órgão integrante a estrutura da OCDE, divulgados em 2019, o Brasil saiu da 66ª posição para 71ª, no que tange ao ensino na matemática, disciplina a qual estaria mais próxima do ensino de educação financeira. Ou seja, os dados não demonstram uma realidade muito positiva sobre esse assunto.

Em 2010, pelo decreto presidencial 7397, de 22 de dezembro de 2010, foi instituído a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEL onde levou alguns estados do país, a criar um ambiente virtual para formação de professores no tocante a educação financeira.

Ainda devido a criação deste órgão, em 2017, houve a inserção da educação financeira na Base Nacional Curricular Comum – BNCC, documento do Ministério da Educação – MEC, de caráter normativo que, de acordo com o próprio MEC “define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Diz o próprio texto da BNCC:

Estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, BNCC, p. 7).

O referido decreto foi revogado pelo decreto 10.393 de 9 de junho de 2020, criando uma nova ENEF, que passou a ter atuação voltada para promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país, e instituindo o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, órgão colegiado, que entre outras ações, postas no Art. 2º, inciso III, deverá promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.

Dessarte, fica claro que existe no país, ao menos no papel, políticas públicas para que a educação financeira aconteça, mas na prática, parece ser uma realidade longe dos alunos e das escolas.

Educação financeira não tem simplesmente o fim de ensinar crianças e adolescentes a saberem lidar com dinheiro, mas auxiliá-los no desenvolvimento de práticas comportamentais que proporcionará diferença no futuro, principalmente no que tange o autocontrole, a disciplina, perspectivas futuras e uma visão do todo.

Necessidade de saber lidar com o dinheiro

Saber como lidar com o dinheiro é uma necessidade não só do brasileiro, mas de todas as pessoas do mundo. Saber gastar e investir é algo necessário, pois, antes de tudo, seria ideal que as pessoas, principalmente ante momentos de precisão, não ficassem refém de auxílios governamentais. Toma-se como exemplo o Auxílio Emergencial, que o governo do Brasil concedeu as pessoas, para que estas tivessem algum recuso financeiro durante os momentos de pico da pandemia de COVID-19. Em contrassenso com os dados do IBGE, que levam a um número aproximado de 14 milhões de desempregado no país, a informação do presidente da Caixa Econômica Federal (RESENDE, 2020) banco responsável pelo pagamento do referido auxílio, dão fé que cerca de 67 milhões de brasileiros receberam o auxílio. Isso é, aproximadamente, 480% a mais que o número oficial de desempregados.

Considerando os critérios para concessão do benefício, fica perceptível que são uma massa de pessoas que, de alguma maneira, não tinham alguma fonte de renda, o que é assustador, principalmente para a manutenção da “roda da economia”, pois esses 67 milhões de pessoas representam praticamente 30% da população do país.

Uma poupança teria, também, como fim, o seu uso para momentos como este, pois, para a administração pública, é um recurso que poderia ter outro destino. É obvio que políticas públicas devem ter total atenção aos munícipes, visto que o Estado tem deveres com o cidadão, mas se o cidadão tivesse outra fonte de renda, principalmente para urgências, seria uma forma de amenizar o custo administrativo público brasileiro.

Obvio que tocar nesse tipo de assunto é um tanto quanto delicado, mas o que se pretende com esta abordagem, neste contexto, é justamente demonstrar que existe

uma demanda por saber como lidar com recursos financeiros, tendo em vista momentos de emergências.

Entretanto, ter uma mentalidade e uma independência financeira é muito mais do que guardar dinheiro, ou fazer cortes de despesas “fúteis”, como uma pizza em um final de semana. É preciso reconstruir hábitos, mentalidade, valores pessoais. Dinheiro deve ser visto como uma ferramenta, da qual precisa-se para determinados fins, e não ser ele o fim pelo fim. Usar dinheiro é algo que exige planejamento e estratégia, visto que para “ganhá-lo” é algo tão difícil e suado, e usá-lo é tão “prazeroso” e divertido.

Pensamentos como a aquisição de uma casa, fazer uma viagem, comprar um carro “zero”, honrar despesas fixas do dia a dia, não podem ser um fardo na vida das pessoas, mas é algo alcançável para aquele que se propõe a lidar com o dinheiro de forma “correta” e inteligente, ou seja, que usa o dinheiro para atingir objetivos.

Considerações finais

Nos últimos anos, o mercado financeiro brasileiro tem se desenvolvido cada vez mais. Seja pela facilidade de acesso, proporcionada pela quantidade de empresas que o oferecem por meio de plataformas digitais, seja por perceber a quantidade de CPFs registrados na Bolsa de Valores Brasileira B3. Quando no final de 2018 a bolsa do país começa a registrar recordes históricos, uma quantidade massiva de pessoas começou a buscar estratégias de como “fazer o dinheiro trabalhar com você”. Obviamente não tem milagre, mas é uma das formas possíveis de obter bons resultados, com riscos, mas que podem ser mitigados com muito estudo e dedicação na área.

O acesso a bancos digitais fez com que muitas pessoas mudassem a sua forma de relacionar com o dinheiro. Mas é uma caminhada longa e necessária para que esse acesso seja fácil para todos. É fato inegável que a educação financeira, no longo prazo, pode fazer com que as pessoas aprendam de vez como fazer do dinheiro um instrumento de libertação e não ser escravo dele.

Um dos principais pontos de atenção para a educação financeira aos brasileiros deve ser o fato do consumismo imediato e desnecessário, que acaba por levar muitas pessoas a um endividamento crônico, afinal de contas, ter limite disponível no cartão de crédito, não é o mesmo que ter um passe livre para gastar, pelo contrário, ter

crédito acaba por exigir mais reponsabilidade para poder gastar de forma mais assertiva.

Empresas que monitoram crédito, e pontuam as pessoas, levam em consideração não só se existe ou não dívidas, mas é considerado como as pessoas gastam, compreendendo que, quem não gasta, pode ter sua pontuação diminuída, afinal de contas, não gastar pode ser interpretado como um sinal que não tem dinheiro, reduzindo assim essa pontuação.

Em suma, foi isto que o presente trabalho teve a intenção de demonstrar: como o cuidar das finanças pessoais pode ser uma forma de pacificar a relação das pessoas com seus objetivos. Todos têm sonhos que quer realizar, alguns são maiores que o dos outros, mas como, em geral, essa realização exige um capital, a chegada a esse fim se passa por um bom planejamento, que leva em consideração a vida financeira pessoal/ familiar.

Por isso, planejar é fundamental para que o dinheiro possa render, guardar e economizar de forma sã e sadia, objetivando, acima de tudo uma vida com qualidade e digna, da qual não é necessariamente sendo rico milionário para pode alcançar. Basta um pouco de esforço e dedicação, colocando em prática, no dia a dia, pequenas estratégias que terão como fim alcançar o que deseja.

Portanto, que o dinheiro possa, acima de tudo, ser fonte de alegria e descanso, e não uma vã preocupação, e que o ato de gastar seja como uma forma de proporcionar um respeito pessoal, afinal de contas, como já dito no texto, ganhar é muito mais suado que gastar. Gastar é fácil e imperceptível e se não tomar cuidado, o retorno a um equilíbrio pode demorar muito mais do que se imagina. A educação é a grande ferramenta da qual as pessoas devem usar para alcancarem seus objetivos, e permeada por um bom planejamento, tornam-se a as melhores estratégias para a concretização de sonhos.

Referências

AGENCIA ESTADO. **Endividamento de brasileiros atinge em 2020 o maior nível em 11 anos.** Correio Brasiliense, 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/01/4903480-endividamento-de-brasileiros-atinge-em-2020-o-maior-nivel-em-11-anos.html>>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

ALVARENGA, Darlan. **Brasil deve ter a 14ª maior taxa de desemprego do mundo em 2021, aponta ranking com 100 países.** G1, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/11/brasil-deve-ter-a-14a-maior-taxa-de-desemprego-do-mundo-em-2021-aponta-ranking-com-100-paises.ghtml>>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

ALVARENGA, Darlan. **Brasil sai de lista das 10 maiores economias do mundo e cai para a 12ª posição, aponta ranking.** G1, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/brasil-sai-de-lista-das-10-maiores-economias-do-mundo-e-cai-para-a-12a-posicao-aponta-ranking.ghtml>>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS, ANBIMA. **A relação do brasileiro com dinheiro.** Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/relacao-do-brasileiro-com-o-dinheiro.htm>. Acesso em 23 de maio de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico).** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2021.

BERMÚDEZ, Anal Carla. **Brasil cai em ranking mundial de ciências e matemática e empaca em leitura.** Uol, 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/12/03/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-ciencias-e-matematica-e-empaca-em-leitura.htm>>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

CLASON, George Samuel. **O Homem mais rico da Babilônia.** Rio de Janeiro: Harper Collins, 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.** Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. **Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.** Presidência da República, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3 ed. totalmente rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FUNDAÇÃO ELETROS. **Os brasileiros e a relação com o dinheiro: compare 5 perfis!** Disponível em: <<https://eletros.com.br/relacao-com-dinheiro/>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **O que é desemprego.** Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>Acesso em: 23 de maio de 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness:** Recommendation of the Council. 2005. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/46193218.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL / **Comissão de Valores Mobiliários;** Associação Brasileira de Planejadores Financeiros. Rio de Janeiro: CVM; Associação Brasileira de Planejadores Financeiros, 2019.

RESENDE, Thiago; URIBE, Gustavo. **Número de beneficiários do auxílio emergencial sobe para 67,7 milhões.** Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/numero-de-beneficiarios-do-auxilio-emergencial-sobe-para-677-milhoes.shtml>>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

ROSCOE, Beatriz. **Dívidas do funcionalismo chegam a R\$ 198,5 bilhões no consignado.** Correio Brasiliense, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/05/30/internas_economia,758598/servidores-publicos-estao-endividados-com-consignado.shtml>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

SERASA EXPERIAN. **Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil hoje.** Estudos e Pesquisa 2018. Disponível em: < <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/>>. Acesso em 23 de maio de 2021.